



**Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Disciplina: Filosofia da Educação II
Educador: João Nascimento Borges Filho**

**Pronunciamento da Senadora Emilia Fernandes,
no Plenário do Senado Federal, em 15 de maio de 2001**

"É fantástico o que estamos vendo: a produção do país pode cair em até 2% do PIB, 1 milhão de chefes de famílias correm o risco de perder seus empregos, a violência certamente aumentará nas ruas, a vida das pessoas virará um inferno diário, e o Presidente da República diz que foi "pego de surpresa"!!!!"

Depois do "apagão moral" imposto à Nação Brasileira na semana passada, com a "operação abafa" da CPI da Corrupção, estamos à beira do maior colapso energético da história do país.

Os jornais e revistas no final de semana trazem informações que, se confirmadas, empurrarão o povo brasileiro para uma situação somente vivida por outros países *em clima de guerra*.

Segundo informa a imprensa, poderemos ter produtos apodrecendo nos freezers, elevadores sem funcionar, UTIs paralisadas, delegacias no escuro, semáforos apagados e bancos fora do ar.

Mas, não só isso, o comércio e a indústria terão suas atividades reduzidas, dessa forma provocando queda do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e, com isso, aumento do desemprego.

De acordo com previsão da FGV (Fundação Getúlio Vargas), se os cortes chegarem a 25%, o Produto Interno Bruto cairá 2%, dos 4,5% previstos, e o desemprego atingirá cerca de 1 milhão de trabalhadores.

É preciso, portanto, aprofundar o debate sobre essa questão, que é, certamente, uma das mais graves já vividas pelo país, sem que se busque contemporizar com responsabilidades, ou subestimar as dificuldades que



recairão sobre a sociedade – que podem incluir até mesmo a cobrança de pesadas e injustas *Multas*.

É inaceitável que o Governo Federal venha, de uma hora para outra, anunciar a Nação que, dentro de alguns poucos dias, irá faltar energia em todo o país, sem dar a menor chance para a sociedade reagir.

E, mais espantoso ainda, é que o Presidente da República, agindo como se tratasse de um caso corriqueiro de administração, declare que foi "Pego de Surpresa", como se isso pudesse servir de atenuante para uma situação tão grave de irresponsabilidade e incompetência.

É fantástico o que estamos vendo: a produção do país pode cair em até 2% do PIB, 1 milhão de chefes de famílias correm o risco de perder seus empregos, a violência certamente aumentará nas ruas, a vida das pessoas virará um inferno diário, e o presidente da República diz que foi "*Pego de Surpresa*"!!!

A verdade, é que este fato denuncia uma situação que temos alertado, que é a forma pela qual foram feitas as privatizações do setor elétrico no país, como de resto ocorreu em outras áreas públicas, atropelando o Congresso Nacional e a sociedade.

O que a Nação precisa entender, é que com a privatização, o Governo Federal abriu mão de sua responsabilidade de administrar este setor fundamental para a economia e para a segurança do país, resultando na situação que, nos parece inevitável, passaremos a viver a partir de 1º de junho.

Em um país sério, que pretendemos ser, apesar do esforço contrário do Executivo e mesmo de setores do Congresso Nacional, certamente isso seria um caso típico de *IMPEACHMENT* do Presidente da República.

Diz o Artigo 84 da Constituição Federal, que "compete privativamente ao Presidente da República exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal (Inciso II)".

Por outro lado, o Artigo 85, da mesma Constituição, afirma que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a segurança interna do país (Inciso IV).

Em Portugal, recentemente, para citar um caso no campo de infraestrutura, uma ponte caiu, provocando a morte de algumas pessoas, e o



Ministro da área imediatamente pediu demissão, mesmo que não tivesse responsabilidade direta sobre o acidente.

Então, a síntese desse processo é que o Governo abriu mão de sua responsabilidade de *Poder Nacional*, por um lado, e os novos proprietários das empresas privatizadas, sem controle público, não investiram na produção - ao contrário, apenas enxugaram, demitiram funcionários e, ainda por cima, aumentaram as tarifas.

O presidente, por outro lado, nem ninguém, tem direito de dizer que não foram alertados, seja pela nossa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, que realizou diversos seminários e debates, ou por instituições e técnicos do setor.

Especificamente no campo da energia, a Comissão, então sob minha presidência, realizou um profundo debate sobre o incidente do apagão – ocorrido em 1999 – no qual levantamos diversos questionamentos e apontamos soluções para o setor.

Naquela ocasião, o ex-diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa, afirmou que, já em 1995, fizera chegar ao Executivo Federal um relatório, onde demonstrava que o modelo de privatização em curso não previa a expansão do setor.

Na mesma audiência, o mesmo técnico destacou que "a área econômica do Governo, que conduz a privatização, é responsável por igualar energia elétrica a móveis e fábrica de cadeira. Isso está errado. Se é necessária a privatização do setor elétrico, ela deve ser feita sob critérios técnicos que garantam a segurança do abastecimento".

Em audiência posterior, também realizada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, o próprio Ministro de Minas e Energia, Rodolfo Tourinho, afirmou que "hoje, o maior desafio do sistema elétrico brasileiro é recuperar a sua força, mas também acabar com a vulnerabilidade, oferecer a energia que o país precisa para se desenvolver, mas sobretudo, universalizar o serviço de energia".

Dito hoje, esses registros parecem ironias, pois diante de todos os alertas, o Executivo Federal, mais especificamente o Presidente da República, não deu ouvidos, ou talvez não tenha tido tempo, tal o seu envolvimento com viagens



para o exterior e, mais recentemente, com a árdua tarefa de coordenar pessoalmente operações para impedir a apuração da corrupção no país.

Mas, além das advertências sobre a possibilidade de futuro blecaute - em debates, pronunciamentos ou por meio de documentos - algumas regiões, como o meu Estado, o Rio Grande do Sul, trataram de antecipar-se à gravidade do problema, e por isso, hoje, estão em condições de enfrentar a situação com mais tranquilidade.

Quando o Governador Olívio Dutra assumiu o Governo Estadual em 1999, o abastecimento de energia era precário, incapaz de atender o consumo de energia, resultando em cortes de carga de até 500 Mega-Watts, devido à falta de investimentos compatíveis com o crescimento do consumo.

Essa situação levou o Governo do RS a decretar *Estado de Emergência* no setor elétrico do Estado, ainda no ano de 1999, com imediata implementação de um *Programa Emergencial*, com participação e cooperação de empresas públicas, privadas e demais agentes do setor elétrico nacional.

Com isso, em tempo recorde, por meio de investimentos da ordem de R\$ 174,2 milhões, um conjunto de obras foram realizadas, desta forma acrescentando mais 720 Mega-Watts ao sistema elétrico do Rio Grande do Sul, o que evitou cortes no verão de 1999/2000 - cortes que, se ocorressem, seriam de 51 dias.

Além das obras emergenciais, outras obras estruturais foram implementadas, sendo que 12 das 20 obras requeridas foram autorizadas pela ANEEL, entre elas, recentemente, a linha de transmissão Itá-Caxias, com garantia de conclusão para o mês de dezembro de 2001.

Com isso, não quero apenas destacar o compromisso do Governo do RS com a infraestrutura do Estado, com a produção e o bem-estar de sua população, mas também evidenciar que a nossa preocupação, bem como a de outros Estados, são um flagrante da inconsistência dos argumentos de desconhecimento ou de falta de comunicação, levantados pelo Executivo Federal.

Nesses últimos dias, diante da gravidade da crise, tem se falado em "pacto", em união de esforços para enfrentar o problema, e em "esquecer culpados", mas qualquer debate deve passar, obrigatoriamente, pela suspensão imediata de qualquer processo de privatização do setor, especialmente envolvendo as usinas hidrelétricas.



O Governo Federal não cometeu um erro qualquer, algo que, a exemplo de outras situações, se empurra para debaixo do tapete, ou que simplesmente se repassa a conta dos prejuízos para a sociedade brasileira – que ironicamente há pouco tempo foi chamada de *Caipira* pelo Presidente FHC.

O que estamos presenciando é grave, afeta diretamente o destino do país, e evidencia a ausência de um Projeto SOBERANO de Nação, demonstrando a total dependência do atual Governo brasileiro aos interesses econômicos externos, especialmente o FMI e os banqueiros internacionais.

Isso não é discurso, não é panfleto, é a mais pura realidade, que os fatos agora tratar de dar plena e lemantável concretude, mas que os trabalhadores e o povo, nas ruas, como já está ocorrendo, tratarão de impedir que seja levado adiante, impedindo que o país seja devastado pela irresponsabilidade, pela incompetência e, acima de tudo, pelo entreguismo.

CPI JÁ! Para Apurar Crimes e Resgatar Credibilidade Política

“Desde que o regime neoliberal instalou-se no país, a corrupção alcançou índices tão, ou mais altos, do que as taxas de juros que drenam recursos da sociedade, do Brasil, da produção e dos trabalhadores para o sistema financeiro.

É certo que a corrupção sempre existiu, mas também é uma verdade incontestável que, nos últimos tempos, atingiu uma dimensão que já beira ao deboche, ao achincalhe do povo brasileiro. Não apenas pelos volumes envolvidos, que se poderia medir pelo "índice Lalau", mas pela desfaçatez com que se empurra caso após caso para debaixo do tapete. A corrupção, com seus volumes financeiros, personagens e finalidades escusas diferentes a cada mês, pelo menos, corrói valores, destrói direitos e compromete a democracia, pelo peso do dinheiro sujo, do tráfico de influência e da compra e venda de votos e consciências.

Em pouco espaço de tempo, tivemos os casos da mal explicada ajuda financeira aos bancos, a compra e venda de votos para a reeleição, o escândalo envolvendo do Fórum Trabalhista de São Paulo e outros que tomariam muito tempo para citá-los.

Agora, neste momento, assistimos a uma enxurrada de denúncias, que exigem a mais completa apuração por parte do Congresso Nacional, tanto pelo



seu conteúdo, quanto pelos protagonistas envolvidos, sob o risco desta Casa aprofundar ainda mais o seu desgaste junto à opinião pública.

É fundamental, portanto, neste momento, que se instale uma, ou quantas CPIs sejam necessárias, para fazer uma varredura em todas as denúncias, para que se puna, ou se absolva, todos os envolvidos. É preciso restabelecer a credibilidade neste país, que não aceita que sejam banalizadas a violência, a agressão e a corrupção".

* **Senadora Emilia Fernandes PT/RS** (trecho do pronunciamento realizado por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher).



Prof. Borges

